



Handwritten signature in blue ink.

**Município de Ponta Delgada
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ata

**Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal
de Ponta Delgada
16 de agosto de 2022**

Ao décimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, teve lugar, no Centro Natália Correia, na freguesia da Fajã de Baixo, a terceira sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, em 2022, sob a presidência de **Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**, tendo como primeiro secretário **Gilberto Araújo Rodrigues** e como segundo secretário **Humberto Marcelino Nunes Bettencourt**, para cumprimento da ordem de trabalhos constantes da convocatória de 8 de agosto de 2022, cfr. doc. nº 1 anexo. -----

Esta sessão extraordinária foi convocada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º do Regimento da Assembleia Municipal, no seguimento de um **requerimento enviado pelo Grupo Municipal do PS**, cfr. doc.º. 2 anexo. -----

Relatou esta reunião, **Rui Rebelo Gamboa**, Técnico Superior da Câmara Municipal de Ponta Delgada. -----

Pelas 14:45 a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, cumprimentou e saudou os presentes e, de seguida, o Senhor Primeiro Secretário da Mesa **efetuou a chamada**, cfr. doc. n.º 3 anexo, tendo-se registado as seguintes: -----

Handwritten mark in blue ink.

R. C. L.

A) PRESENCAS: -----

Do Grupo Municipal do PSD – Deputados diretamente eleitos: -----

1. Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte; -----
2. Cláudio Borges Almeida; -----
3. Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda; -----
4. Carlos Jorge Linhares Estrela; -----
5. Carolina Ponte Bastos; -----
6. Nuno António de Bettencourt Gomes; -----
7. Gonçalo Gomes dos Santos da Silveira Teles; -----
8. Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira; -----
9. Gilberto Araújo Rodrigues; -----

Do Grupo Municipal do PSD – Presidentes das Juntas de Freguesia: -----

10. José Manuel Pavão Farias (Ajuda); -----
11. Bruno Alexandre Aguiar Costa (Fenais da Luz); -----
12. Paulo César Araújo Pavão (Ginetes); -----
13. Manuel António Botelho Soares (Livramento); -----
14. Carlos Manuel Silva Cabral (Mosteiros); -----
15. Pedro Miguel Silva Melo (Relva); -----
16. Jorge Miguel Amaral Oliveira (São José); -----
17. José Manuel Resendes Leal (São Pedro); -----
18. José Maria Pereira Rego (São Sebastião); -----
19. Noémia Lima Ventura (São Vicente Ferreira); -----

Do Grupo Municipal do PS – Deputados diretamente eleitos: -----

20. Ana Liseta Paiva; -----
21. Humberto Marcelino Nunes Bettencourt; -----
22. Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas; -----
23. Andreia Carreiro Figueiredo; -----
24. José Carlos Gomes San-Bento de Sousa; -----
25. Rita Sofia Vieira da Mota; -----

A

N.C.C.

- 26. Nuno Miguel de Andrade Miranda; -----
- 27. Hernâni Luís Ferreira Bettencourt; -----
- 28. Maria Luísa Medeiros Bairos; -----
- 29. Rui Alexandre Barbosa Sousa; -----

Do Grupo Municipal do PS – Presidentes das Juntas de Freguesia: -----

- 30. Sandra Micaela Costa Dias Faria (Arrifes); -----
- 31. Ana Beatriz Pereira Arruda (Capelas); -----
- 32. Mário Serafim da Silva Machado (Covoadá); -----
- 33. António Luís Moniz dos Anjos (Fajã de Baixo); -----
- 34. Zélia Maria Cabral de Melo Silva (Feteiras); -----
- 35. Duarte Manuel Luzia Carvalho (Pilar); -----
- 36. Joana Miranda Ernesto (Remédios); -----
- 37. Tomás Daniel Bernardo Vultão (Santa Bárbara); -----
- 38. Pedro Miguel Medeiros Moura (São Roque); -----
- 39. Cidália Maria Guido Medeiros Pavão (Sete Cidades); -----

Da Representação Municipal do Movimento Santa Clara Vida Nova (MSCVD):-----

- 40. António Espírito Santo de Medeiros Cabral (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara); -----

Da Representação Municipal "Sempre Candelária": -----

- 41. João Alberto Silva Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Candelária); -----

Da Representação Municipal da Iniciativa Liberal: -----

- 42. Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha; -----

B) SUBSTITUIÇÕES: -----

- 43. José Joaquim Ferreira Machado (PSD), substituído por Víctor Carlos de Arruda Almeida, cfr. doc .n.º4 anexo;-----
- 44. Luís Carlos da Silva Pereira (PSD), substituído por Maria de Fátima Maiato, cfr. doc. nº. 4 anexo; -----

H

R. C. L.

45. Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco (PSD), substituído por Sónia Maria Arruda Cabral, cfr. doc. nº. 4 anexo; -----
46. Bruna Vasconcelos Valério de Almeida (PSD), substituída por Catarina Jesus Bettencourt Botelho Paiva, cfr. doc. nº. 4 anexo; -----
47. Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira (PSD), substituído por João José Correia de Medeiros, cfr. doc. nº. 4 anexo; -----
48. Avelina Maria da Silveira Ferreira (BE), substituída por João de Arruda Margarido Palma Ramos, cfr. doc. nº. 5 anexo; -----
49. Pedro Filipe Goulart Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Fajã de Cima (PS), substituído por Maria da Graça Oliveira Silva, Secretária da Junta de Freguesia, cfr. doc. nº. 6 anexo; -----
50. Marco Paulo Freitas Oliveira, Presidente de Junta de Freguesia de Santo António, (PS), substituído por Diana Arruda. -----

Verificado o **quórum**, com a presença de 50 dos 51 membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão pelas 14 horas e 50 minutos e passou-se, de imediato, à Ordem do Dia e ao ponto único desta reunião. -----

I. ORDEM DO DIA

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DA GRAÇA

A Senhora Presidente da Mesa começou por informar que caso houvesse público para intervir, deveria se inscrever junto da Mesa, para o efeito, com nome, morada e assunto a tratar. Depois **a Senhora Presidente** invocou o artigo 51.º do Regimento para fazer uso da palavra, tendo o Senhor Primeiro Secretário assumido os trabalhos. A Senhora Presidente disse, literalmente, o seguinte: -----

"(...) envie hoje, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, um e-mail [doc. n.º7 anexo], com conhecimento dos líderes de bancada, que gostaria de vos dar conhecimento na íntegra, mas como não terei tempo regimental para o fazer, optei por dar-vos conhecimento de algumas partes. Quem quiser e mostrar interesse do teor do e-mail, terei muito gosto em reencaminhá-lo. Venho manifestar o meu repúdio absoluto para com as declarações do seu comunicado de 29 de julho, uma vez que as mesmas não

JCL

correspondem à verdade e afetam a minha honra, integridade e bom nome, bem como o das pessoas que integraram o anterior executivo camarário a que tive a honra de presidir. Assim, venho recordar que V. Ex.^a teve acesso aos factos e presidiu a duas reuniões com a minha pessoa e na presença de terceiros, nos passados dias 13 e 14 de julho, onde de forma clara e inequívoca ficou demonstrado que nem eu nem ninguém do meu executivo teve conhecimento, em momento anterior a estas reuniões, que o projeto de segurança contra incêndios não estava totalmente em conformidade com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis. O anterior executivo camarário desconhecia o que agora se sabe, porque decidiu fundado numa informação técnica prestada e assegurada pelo chefe de divisão que tinha a seu cargo a coordenação do projeto em causa, o Eng. Jorge Moniz. De resto, como muito bem sabe, é assim que sucede em todos os processos de tomada de decisão. Com efeito, como saberá V. Ex.^a que, para além de Presidente é um douto jurista, outra coisa não seria exigível, nem a outro Presidente que, colocado na minha posição, de tomar a decisão de dar seguimento à abertura de procedimento concursal para o lançamento de concurso público para a adjudicação dessa obra, uma vez que a informação que então me foi presente pelo Sr. Eng. Jorge Moniz (...) responsável pelo Mercado da Graça, sendo o técnico que dirigiu todo o processo de elaboração do projeto e peças necessárias e obrigatórias, referia que estava concluído o projeto de execução para a Cobertura do Mercado da Graça, onde detalhava as referidas peças inclusas, sendo uma delas o projeto de segurança contra incêndios, sem que tivesse feito qualquer observação sobre qualquer incumprimento do projeto. Estes factos são inquestionáveis e não permitem outra conclusão. Ora, isto foi escrito e assinado pelo referido dirigente a 27 de novembro de 2020, tendo eu, em consequência e ato contínuo, despachado favoravelmente a 14 de dezembro de 2020, referindo, inclusivamente, que o fazia nos termos da informação prestada. Este documento é do conhecimento de V. Ex.^a, consta do procedimento administrativo em causa e foi referenciado nas duas referidas reuniões realizadas a 13 e 14 de julho, pelo que foi com enorme surpresa, choque e tristeza que tomei conhecimento das suas declarações públicas que fazem tábua rasa desta informação, bem como daquela que ficou bem explícita na reunião do dia 14 de julho em que estiveram presentes, para além de mim e V. Ex.^a, a anterior Vereadora com o pelouro do Mercado Municipal, Dra. Alexandra Natalino Viveiros, o atual Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e também meu Vice-Presidente no período da minha

J

RCL

presidência, Dr. Pedro Furtado, o atual Vereador com o pelouro das obras, o Arq. Marco Resendes, a Eng.^a. Margarida Brito, dirigente responsável pelo Departamento de Obras Municipais e Equipamentos, o Eng. Jorge Moniz, anteriormente responsável pelo Mercado da Graça e dirigente do antigo DCTD, a Arq.^a. Clara Neto, atual responsável pelo Mercado da Graça e o seu Chefe de Gabinete. É ainda mais incompreensível e ilógico e mesmo contraditório o que V. Ex.^a refere no seu direito de resposta publicado no Açoriano Oriental a 7 de agosto passado. Ora, se como refere, a 28 de janeiro os serviços da Câmara Municipal de Ponta Delgada começaram de imediato a tratar de suprir a lacuna do projeto em causa, como explica que a 29 de julho, data do seu comunicado público, ou seja volvidos 6 meses e um dia, tal projeto não esteja ainda concluído? Como explica que tal demora, da responsabilidade única e exclusiva do atual executivo, tenha determinado a suspensão da obra? Por fim – muito tenho aqui a dizer, se alguém tiver interesse envio o presente e-mail – por fim, Senhor Presidente, devo dizer que as suas lamentáveis declarações públicas bem como a revelação das suas contradições que as mesmas enfermam são reveladoras de desorientação gestonária, deslealdade pessoal e aproveitamento político, ao ponto do meu racional não conseguir alcançar a dimensão das suas razões. Gostaria de terminar parafraseando o Dr. Sá Carneiro: 'a política sem risco é uma chatice, sem ética é uma vergonha'. Mais informo V. Ex.^{as} que a partir deste momento não prestarei mais declarações, nem farei qualquer comentário sobre as obras de requalificação do Mercado da Graça quer aqui em sede desta Assembleia, quer fora desta casa, a não ser num eventual processo interno de averiguações que foi anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara no comunicado de 29 de julho e também, obviamente, em sede da comissão de inquérito que certamente será constituída na próxima reunião da Assembleia Municipal. Tenho dito." -----

O debate prosseguiu com as seguintes intervenções:

I) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada tomou a palavra e disse, literalmente, o seguinte: -----

"É ponto assente por parte deste executivo camarário que não pode ficar nenhuma dúvida sobre este processo, os superiores interesses de Ponta Delgada e os superiores interesses dos dinheiros públicos de Ponta Delgada que estão acima de quaisquer interesses partidários e mesmo pessoais, portanto nós não podemos, de maneira nenhuma,

RCL

branquear o que aqui está em causa ao abrigo de um qualquer suposto interesse ou lealdade partidária, porque os factos e o que se passa neste processo é duma grande gravidade e se não fosse a gravidade que está assente neste processo, nós não poderíamos, nem estaríamos aqui a discutir este assunto. E porque é que é grave? Tal como eu sempre referi, e tal como foi dito aqui pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nós reunimos nas datas que foram ali mencionadas e o que é certo é que quer a Sra. Dra. Maria José, a Sra. Dra. Alexandra Natalino Viveiros, a Sra. Eng.^a Margarida Brito, o Sr. Eng.^o Jorge Moniz, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador (Marco Resendes), a conversa que nós tivemos foi um poço de contradições, porque a Sra. Presidente dizia que não sabia de nada, que a Sra. Alexandra Natalino Viveiros dizia que não sabia deste assunto e o Sr. Jorge Moniz dizia e batia o pé a dizer que tinha informado e que elas tinham essa informação e por isso é que nós decidimos abrir um processo interno. Quer a Eng.^a Margarida Brito, quer o Eng.^o Jorge Moniz afirmavam que esta informação estava lá. (...) Eu vou explicar o que vai acontecer com este processo: o que é certo é que, como ninguém assume responsabilidades neste processo, não é o Presidente da Câmara, nem este executivo camarário, que vão assumir esta responsabilidade, nós temos – esperamos nós – muitos anos pela frente e um dia que este executivo camarário tiver cometido um erro, tiver cometido um lapso, naturalmente de forma involuntária, como nós entendemos que foi este lapso aqui involuntário, eu estarei aqui, na primeira linha da frente, a assumir as minhas responsabilidades, não tenham dúvidas nenhuma quanto a isso, eu tenho um passado profissional de quase 25 anos na advocacia que fala por mim, não tenho dúvidas nenhuma, nem tenho receio nenhum de dar a cara por aquilo que fiz de mal, mas também (...) não irei assumir coisas que não são da minha responsabilidade. Então vamos lá a ver: eu tenho um dossier, que está aqui, é o dossier da aprovação da empreitada do Mercado da Graça, é aprovado no dia 14 de dezembro de 2020 e nele consta um anexo, uma informação, a dizer que o projeto não tem o sistema de segurança contra incêndios, porque o que está lá dito é que o projeto não cumpre com a), não cumpre com b), não cumpre com c), logo se não cumpre é inexistente. E mais, este suposto projeto não foi ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros para respetiva validação para que o mesmo fosse tornado válido e eficaz. E é isto que nós temos, factualmente, (...). Isto é no dia 14 de dezembro de 2020 e é aprovado pela então Presidente da Câmara Municipal. Então, não tinha a obrigação de ver o que assina?



Naturalmente tem confiança naquilo que os técnicos dizem, mas está lá uma informação, escrita, a dizer que o projeto não cumpre e a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, naturalmente de forma involuntária – ninguém diz que foi de forma consciente – aprovou o projeto e mais do que isso: no dia 23 de setembro de 2021, a 3 dias das eleições autárquicas, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada assinou o contrato de empreitada, o termo de consignação de empreitada, com o empreiteiro ... a 3 dias das eleições autárquicas. Este executivo camarário tomou posse a 19 de outubro de 2021 e quando tomou posse o processo de empreitada e as obras estavam já todas em andamento, nós nem conseguíamos mexer naquilo que estava em curso (...) nós tomámos posse e começámos a trabalhar para o processo de Plano e Orçamento que foi aprovado nesta Assembleia Municipal a 29 de dezembro de 2021. Ora, no início de janeiro eu sou surpreendido pelo Senhor Vereador Marco Resendes, que é arquiteto de profissão, que me vem de forma completamente esbaforida alertar-me que o processo do Mercado da Graça não tem o sistema de proteção contra incêndios e eu, até na minha ingenuidade, disse: 'vamos tratar disso', o Senhor Vereador disse que tínhamos que pedir um parecer à Proteção Civil e Bombeiros, e pedimos o parecer. O parecer quando chegou – em final de janeiro, princípios de fevereiro – chega e vem negativo à décima potência e veio com um conjunto de retificações que era preciso fazer para que o projeto tivesse a validação do Sistema de Proteção Civil e Bombeiros. Ou seja, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Maria José, aprovou um projeto que nem sequer tinha o parecer do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros. A partir desse momento a nossa preocupação foi trabalhar com toda a força, dentro da Câmara Municipal, para colmatar esta situação e fazer todos os possíveis para que a obra não parasse. E o que é que nós conseguimos nesse período de tempo? Em primeiro lugar, nós conseguimos com que as frentes de trabalho da obra do Mercado Municipal, que não fossem incompatíveis com a ausência do projeto, continuassem a trabalhar e isso permitiu-nos, até agora, duas coisas: primeiro, até ao dia 29 de julho, que foi a data em que suspendemos a empreitada, avançar com 66% da obra, ainda estamos a tempo de não perdermos já os recursos aos fundos europeus que estão anexados a este concurso e, por outro lado, estamos a desenvolver tudo o que é o projeto de sistema de combate a incêndios que, devo dizer, é um caso grave. Porque o projeto do sistema de combate a incêndios mais a alteração do projeto de arquitetura, que é necessário ser feito para

R. G. L.

acolher o projeto de segurança contra incêndios, a estimativa que nós temos já em cima da mesa é que ultrapasse o meio milhão de euros ... por pura negligência. Portanto, isto quer dizer que nós começamos a trabalhar e estamos a cumprir com tudo aquilo que são os procedimentos legais e administrativos que estão aqui em causa, porque não se pode fazer um projeto de alteração de sistema de combate a incêndios, como diz ali a Senhora Presidente, em 5 meses. Era bom, mas não é, porque há prazos a cumprir (...) há contratações a fazer, cabimentos financeiros, modificações orçamentais, contratação de projetista, recontração da arquiteta, portanto há todo um conjunto de procedimentos e prazos legais que nós estamos a cumprir no limite, de forma a minorizar os prejuízos que a Câmara Municipal de Ponta Delgada e os dinheiros dos contribuintes de Ponta Delgada estão a ter. E portanto a nossa primeira preocupação foi os lojistas, por isso falámos com os lojistas, explicámos o que se passava e oferecemos uma alternativa aos lojistas do Mercado da Graça. E a alternativa que eu falei com o Sr. Presidente da Portos dos Açores era precisamente transferir o Mercado da Graça para o Pavilhão do Mar e nós asseguraríamos as despesas dessa transferência, naturalmente, e os lojistas ficariam ali pelo tempo que obras decorressem. Bom, no encontro que tivemos com os lojistas, o certo é que a esmagadora maioria rejeitou a proposta e quiseram manter-se no Mercado da Graça e por isso nós estamos com esse ponto em relação aos lojistas. Em relação ao procedimento, é grave, não tenham dúvidas nenhuma que é grave e por isso é que eu acho que a oposição ficou muito aquém daquilo que vos é exigido. Por exemplo, uma situação com esta gravidade, nós estamos aqui a discutir este assunto e os senhores nem pediram uma cópia do processo do Mercado da Graça (...) ou seja os senhores vêm debater o Mercado da Graça de cor, sem terem visto o processo, estudado o processo ou analisado o processo e fazer as perguntas concretas que o processo tem, porque os senhores não conhecem o processo da Graça, vêm aqui pelo comunicado emitido pela Câmara Municipal e por aquilo que sai nos jornais (...). Ponto 2: a Senhora Deputada da IL, Alexandra Cunha, vem falar numa votação para uma comissão e esquece-se dos prazos? Então, hoje não era para fazer a votação da comissão (...) o comunicado que a IL fez foi que queria votar aqui hoje a comissão e eu digo já que é da minha inteira concordância (...) por isso é que digo que a oposição ficou aquém do que lhe é exigido, porque o que este executivo camarário vai fazer é pegar na certidão de todo este processo e vai fazer aquilo que a oposição deveria ter feito que é mandar, para já, todo o

R. Ch

processo para o Ministério Público para averiguar se houve gestão danosa de dinheiros públicos dos contribuintes de Ponta Delgada. Vamos mandar uma certidão do processo para a Inspeção Regional Administrativa - Inspeção Regional de Combate à Corrupção – (...) para que haja uma apreciação a fundo e se há responsabilidades financeiras a assumir neste projeto e vamos mandar, também, para o Tribunal de Contas, para que se possa pronunciar sobre o que foi feito neste processo. Porque a haver responsabilidade financeira, ou outra, uma eventual responsabilidade do foro de ilícito criminal, para que haja a apreciação pelas entidades competentes nesta matéria e isto significa (...) que este executivo camarário está perfeitamente à vontade em relação nesta matéria, não temos rigorosamente nada a esconder nesta matéria. O que estamos a fazer do dia 19 de outubro para a frente é da nossa responsabilidade. O que ficaria aqui bem seria o anterior executivo camarário, designadamente a Dra. Maria José Duarte e a Dra. Alexandra Natalino Viveiros, virem explicar, em consonância com aquilo que é dito e com a informação que é dada pelo Eng. Jorge Moniz e pela Eng.^a Margarida Brito, que asseguram, da reunião que eu estive presente, que as senhoras tinham conhecimento disso e mesmo assim aprovaram esse projeto. Agora, nem eu, nem este executivo camarário, vamos assumir responsabilidades de um projeto de empreitada que foi aprovado pela Senhora Presidente da Câmara, Maria José Duarte, em 14 de dezembro de 2020, estava eu na Assembleia Regional a debater o Programa do Governo e quando a empreitada foi assinada 3 dias antes das eleições. Que pressa foi essa? (...) E depois, quando esta situação se dá é uma coisa normal, quer dizer, nós estamos aqui com um projeto de segurança contra incêndios e uma alteração do projeto de arquitetura que já está estimado em mais de meio milhão de euros, que vai implicar, pela informação que tenho, e porque ultrapassa os 10% da empreitada, ter que rescindir o contrato de empreitada com o empreiteiro, vamos ter que lançar uma nova empreitada para acomodar a alteração do projeto de combate a incêndios e o projeto de arquitetura e, como tal, não é algo, de maneira nenhuma, algo que se possa falar de ânimo leve, é uma situação grave e que tem que ser esclarecida até ao último ponto pelas entidades competentes. Por muito respeito que me mereça a comissão de inquérito – que nós não nos opomos a que seja aqui constituída na Assembleia Municipal – nós entendemos que são as entidades competentes na matéria: Ministério Público, Inspeção Regional

RLL

Administrativa e Tribunal de Contas que devem se pronunciar sobre esta matéria e tirar as devidas ilações. E quanto a isto não tenho mais nada a dizer". -----

II) Seguiu-se o Senhor Deputado Municipal do PS, **José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**, que começou por dizer que em 30 anos de vida pública nunca assistiu ou ouviu falar de uma questão como "a Senhora Presidente da Assembleia Municipal a chamar de mentiroso ao Presidente da Câmara" e ver o "exercício de desresponsabilização de toda a sua verdadeira responsabilidade e incompetência da parte do Presidente da Câmara e do seu executivo na gestão deste dossier". Depois disse que queria fazer "uma referência e um apreço de reconhecimento institucional à forma como a Senhora Presidente da Assembleia convocou prontamente e de acordo com a Lei esta Assembleia Extraordinária, convocada pelo PS", disse. Seguidamente invocou "os três motivos" que levaram o PS a "convocar esta reunião, o primeiro é de natureza política e, de certa forma, já está aqui ao dispor de todos pela troca de argumentações que já foi aqui expressa, é evidente que esta questão é da maior gravidade, está a prejudicar muita gente, tem implicações muito sérias para o município e este é o órgão certo, órgão institucionalmente adequado, o órgão de fiscalização da ação da Câmara" para que se apure, e prosseguiu, "esta verdadeira balbúrdia de mentiras, de fuga às responsabilidades e de incompetência que estas obras no Mercado da Graça revelaram". O segundo motivo, continuou o Senhor Deputado, "tem a ver com a coerência política; desde o início que o PS manifestou reservas em relação a esta intervenção, chegando mesmo a propor que fosse feito um debate público e uma consulta pública deste projeto, coisa que foi na altura chumbada pela maioria do PSD. Este foi, portanto, um projeto que nasceu torto e que, infelizmente, nunca se endireitou e que agora, então, atingiu o verdadeiro descalabro". O Senhor Deputado continuou para o "terceiro motivo que é um motivo de um juízo de oportunidade. Porquê agora? Porquê aqui", perguntou de forma rética e respondeu dizendo que é "porque este executivo e este Presidente de Câmara têm dado sinais preocupantes de arrogância, como todos viram, por exemplo, na gestão do fecho de ruas do centro histórico ou nas obras do Calço da Furna. Este executivo e este Presidente estão a dar sucessivamente provas de fuga às responsabilidades (...) a responsabilidade nunca é para o Presidente de Câmara, é só para o que corre bem, para o que corre mal o Senhor Presidente não tem responsabilidade nenhuma e depois vem para aqui com um exercício básico e primário de meter medo que vai enviar para o Ministério Público (...) e

R.L.L

ainda dá palpites sobre o que a oposição deveria fazer". Dirigiu-se diretamente ao Senhor Presidente de Câmara para dizer que deve se preocupar "em gerir a sua Câmara e (...) acompanhar os processos que estão na Câmara" que, na opinião do Senhor Deputado, são da responsabilidade suprema do Presidente da Câmara e prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente não devia "mentir descaradamente aos munícipes". Para finalizar, o Senhor Deputado quis deixar algumas perguntas, mas antes disse que "a carta que a Senhora Presidente aqui leu muda muito a perspetiva com que se olha para este processo", depois, dirigindo-se novamente ao Senhor Presidente de Câmara para esclarecer o que quis dizer com a expressão "uma incompreensível urgência colocada na decisão de execução destas obras pelo anterior executivo camarário (...)?" segunda questão, prosseguiu, "face à forma como se dirigiu ao anterior executivo, o senhor mantém a confiança política no Senhor Vice-Presidente que está aí ao seu lado, que foi ele o antigo responsável pelas obras municipais? (...)?" e passou para a terceira questão: "Porque é que o Senhor Presidente continua a mentir descaradamente nestas questões? A sensação que dá é que o senhor não acompanha os processos e quando é apanhado em falso a questão passa sempre por uma mentira e a culpa é sempre dos outros". O Senhor Deputado ainda fez uma quarta pergunta: "há alguém no atual executivo municipal com coragem para assumir a responsabilidade política decorrente da incompetência revelada pela Câmara Municipal na gestão deste quadro e desta obra?" Terminou dizendo que "aquilo que a Senhora Presidente da Assembleia aqui revelou é uma verdadeira bomba política" e voltou a dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara para o aconselhar "a pedir desculpa aos munícipes" e disse que "Ponta Delgada não pode correr o risco de ter um Presidente 'trumpista', um Presidente que inventa factos, que mente e foge às responsabilidades (...) senão o Senhor Presidente não tem dimensão política para presidir à maior autarquia dos Açores", finalizou. -----

III) A palavra regressou ao **Senhor Presidente da Câmara de Ponta Delgada** para se dirigir ao Senhor Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa dizendo que "o Senhor Deputado é useiro e vezeiro nessa afirmação que 'não há dimensão política que justifique este cargo', mas as afirmações ficam para quem as praticam. O senhor também já teve a oportunidade de ser candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada e deu a maior vitória de sempre ao PSD, portanto sabe perfeitamente que terrenos pisa. O que é importante aqui dizer", e passou o Senhor Presidente a responder às perguntas que lhe

R



tinham sido colocadas: sobre a *"incompreensível urgência na execução das obras"*, o Senhor Presidente disse que foi devido *"a uma informação que teve por parte dos técnicos da Câmara Municipal, que o anterior executivo municipal, designadamente a Dra. Alexandra Natalino Viveiros e a Dra. Maria José Duarte, por arrasto, tinham uma urgência tremenda na conclusão desse processo, ao ponto da consignação ter sido assinada 3 dias antes das eleições autárquicas"*, tudo isto feito, de acordo com a informação que o executivo atual tem, de ausência *"do parecer que está em causa do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, que é um parecer vinculativo que foi ultrapassado e, como tal, o que este executivo tem aqui é a aprovação de um projeto com um conjunto de anexos, entre os quais está um anexo onde diz claramente que não há sistema de proteção contra incêndios, daí que a urgência é incompreensível porque descurou-se aquilo que era um dos pontos essenciais nesta matéria (...)"*. Depois o Senhor Presidente passou à questão sobre o Senhor Vice-Presidente, dizendo que mantém a total confiança política na sua pessoa e acrescentou que é assim *"pela simples razão que este dossier não passou pelo Senhor Vice-Presidente (...) que nos disse que os responsáveis por este projeto eram a Dra. Alexandra Natalino Viveiros numa primeira linha e depois a Dra. Maria José Duarte como Presidente de Câmara, eram esses os responsáveis na condução do processo e, como tal, não tendo o Senhor Vice-Presidente nenhuma relação com o mesmo, naturalmente a confiança política mantém-se"*. Prosseguiu o Senhor Presidente abordando *"a acusação torpe de mentir"* e disse ao Senhor Deputado Municipal José Carlos Gomes San-Bento de Sousa *"que ou o prova de uma forma concreta e limpa (...) ou não passa de um torpe simulador de factos que é (...) e um preguiçoso que não gosta de trabalhar"*, porque, continuou o Senhor Presidente, o Senhor Deputado Municipal *"não se deu ao trabalho de ir consultar o processo e veio para aqui falar de cor e não conhece sequer um parecer dos que estão lá metidos, não conhece nenhum dos despachos que estão lá metidos"*, porque, referiu ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal, não há registos de pedidos de consulta deste processo. Depois, e ainda em relação à acusação de mentir que o Senhor Deputado Municipal José Carlos Gomes San-Bento de Sousa fez ao Senhor Presidente da Câmara, este respondeu dizendo *"que quem está a mentir é o Senhor Deputado José San-Bento, porque não conhece o processo, está a falar de cor (...) e vem convocar uma Assembleia Municipal para fazer politiquice e não fazer política, porque (...) os factos falam por si e a prova documental, que é o processo, está lá da primeira à*

R. C. L.

última folha, com todos os alertas, com todos os pareceres, com todos os anexos (...) e como tal a simples consulta do processo bastaria para que V. Ex^a. viesse aqui falar de uma outra maneira e com outro tom'. -----

IV) Seguiu-se o **Senhor Vice-Presidente, Pedro Filipe Rodrigues Furtado**, que interveio com a devida anuência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, conforme o disposto no nº. 3 do artº. 47 do Regimento. O Senhor Vice-Presidente começou por dizer *"já esperava que o Senhor Deputado José San-Bento falasse"* na sua pessoa. O Senhor Vice-Presidente disse que pediu a palavra *"para defesa da honra"*, algo que é a primeira vez que faz *"em 17 anos"*. Assim, o Senhor Vice-Presidente dirigiu-se ao Senhor Deputado José Carlos Gomes San-Bento de Sousa e disse o seguinte: *"o Senhor Deputado San-Bento, que aqui elogiou e bem, a Dra. Maria José, foi também o mesmo que a destratou muitas vezes em Assembleias Municipais passadas e portanto o senhor tem duas caras, conforme lhe convém"*. Depois disse que o mesmo Senhor Deputado Municipal do PS escreveu comentários inaceitáveis, publicamente, na sua rede social, sobre a anterior Presidente da Câmara de Ponta Delgada, considerando-a *"a pior Presidente de Câmara deste país"*. O Senhor Vice-Presidente prosseguiu dizendo *"que esta Senhora Presidente que o senhor agora elogia foi muito maltratada pelo senhor e pelos seus pares em Assembleias Municipais que se passaram no Coliseu (...)"*. Depois o Senhor Vice-Presidente disse que os deputados municipais do PS *"propuseram um debate público de proposta, mas que a maioria do PSD não deixou"* e perguntou *"qual maioria, Senhor Deputado?"* e deu a resposta dizendo que de acordo com a sua memória *"na Assembleia Municipal do anterior mandato o PSD não estava em maioria (...) e o senhor podia ter trazido o assunto à Assembleia Municipal (...) e propor essa discussão pública (...)"*. Seguidamente, o Senhor Vice-Presidente, novamente dirigindo-se ao senhor Deputado Municipal do PS, José Carlos Gomes San-Bento de Sousa, quis agradecer-lhe porque foi uma pessoa importante para a vinda da sua pessoa para a Câmara Municipal de Ponta Delgada, uma vez que *"teve a maior derrota que o PS teve em Ponta Delgada que permitiu ao PSD por 7 vereadores contra 2 do PS"* o que permitiu a sua entrada na Câmara Municipal de Ponta Delgada em 2005, perfazendo 17 anos, neste ano de 2022 e disse que durante este tempo a sua postura tem sido de *"lealdade, solidariedade e colaborante com os Presidentes de Câmara"* com quem trabalhou. O Senhor Vice-Presidente continuou dizendo que tem por hábito, quando as coisas correm bem, colocar-se por detrás da cortina e recordou que

RC

para além de ter sido o Vereador com o pelouro das obras municipais, também tinha a incumbência das obras particulares "quando se resolveu o assunto das galerias da Calheta" mas não se colocou na linha da frente, porque é sua convicção que "quem tem que se por na linha da frente são os Presidentes de Câmara Municipal". Para finalizar o Senhor Vice-Presidente disse que se porventura se apurarem responsabilidades políticas contra a sua pessoa, relativamente ao assunto do Mercado da Graça, retirará daí as devidas conclusões. -----

V) O Senhor Deputado Municipal do PS, José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

tomou, novamente, a palavra para "apelar à Mesa que a figura de 'defesa da honra' é algo de extremamente relevante, tem um simbolismo e um significado político muito grande". Depois disse que não estava a intervir para responder "a provocações e ataques pessoais (...) mas sim para pedir essa ponderação" e disse, ainda, que a intervenção imediatamente antes por parte do Senhor Vice-Presidente "não tinha sido 'defesa da honra'" e também disse que na sua intervenção não atingiu a honra pessoal de ninguém, mas fez sim "apreciações diretas e contundentes no plano político (...) e disse coisas com frontalidade mas com respeito institucional e com correção e urbanidade". -----

VI) A Senhora Deputada Municipal da IL, Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha,

tomou, depois, a palavra e iniciou a dizer que "era inacreditável muito do que tinha sido dito", depois dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a propósito do conselho que tinha deixado sobre "como fazer oposição", mas, continuou, "tendo em conta aquilo que o senhor tem vindo a realizar", a Senhora Deputada disse que não iria seguir o conselho. Depois disse que "a IL não considera que esta Assembleia, à exceção daquilo que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal proferiu (...) que esta figura regimental desta Assembleia Extraordinária permitisse esclarecer o que quer que fosse, porque não foi dito nada (...) que fosse diferente daquilo que se tem conhecimento" e depois deu razão ao Senhor Presidente da Câmara em relação a não ter pedido o processo para consulta e não o fez por estar "ciente que toda a gente vai votar a comissão de inquérito", prosseguiu, a Senhora Deputada a afirmar que terá todo o tempo para analisar o processo e disse ainda que da "última vez que pediu um processo levou dois meses para o ter". Seguidamente, a Senhora Deputada apelou a todos membros para a importância de se criar a comissão de inquérito, "porque aí sim vamos ter um grupo de trabalho para analisar todas as vertentes e todo o disse que disse de tudo que foi dito". Depois abordou

J

KL

o tema dos prazos para fazer requerimentos a pedir uma comissão de inquérito, dizendo que *"se a Senhora Presidente tinha 8 a 10 dias para marcar uma Assembleia Municipal Extraordinária"*, a Senhora Deputada *"teria que ter tido 8 dias antes da sessão para fazer o requerimento"* e prosseguiu dizendo que o fez *"extemporâneo"* e acrescentou que a sessão foi marcada no dia 8 e a Senhora Deputada fez o requerimento, estando de férias, fora da ilha, no dia 10. Mais disse que *"a comissão de inquérito vai permitir a transparência, vai permitir o rigor na avaliação, vai analisar profundamente tudo o que se passou e ouvir todos os envolvidos, o anterior executivo camarário e este executivo camarário"*. Depois disse que as *"declarações do Senhor Presidente sobre os executivos anteriores são demasiado graves para que fiquem no ar, portanto é necessário apurar responsabilidades"*. Também deixou outro apelo para que o executivo camarário se reunisse novamente com os comerciantes do Mercado, propondo algo como um *"referendo ou um inquérito, algo que lhes melhorasse as condições de trabalho"*. Novamente dirigiu-se diretamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer *"que está sempre a apontar falhas à oposição"*, mas considerou desnecessário porque, disse a Senhora Deputada, *"vocês próprios dentro do PSD a fazer"* e terminou a sua intervenção. -----

VII) Seguiu-se o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candelária, João Alberto Silva Pereira**, que começou por dizer que, ao ler *"a carta que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal enviou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal"* ficou com a ideia que *"a coisa era mais grave do que aparentava e é tão grave porque se está a falar de dinheiro público e, efetivamente, há que apurar responsabilidades"*. Também disse que *"mais do que imputar quem falhou ou quem não falhou, efetivamente foi a Câmara Municipal que falhou e a representante da Câmara Municipal é a Presidente da Câmara"*, disse o Senhor Presidente de Junta. Depois disse que *"a Câmara Municipal nova, ao aperceber-se, se calhar poderia ter comunicado, nas Assembleias Municipais já decorridas, em fevereiro ou abril, que estávamos com este problema entre mãos e se calhar quando o assunto caísse na opinião pública"* a estupefação dos membros da Assembleia Municipal não seria assim tão grande, disse. Também disse que queria *"deixar duas situações apenas: uma que se lembrassem dos comerciantes do Mercado que estão numa situação difícil há muito tempo e parece que vão passar quase mais um ano debaixo do chão, o que é muito mau para eles e para quem utiliza a praça, há que haver bom-*

R. L. L.

senso da parte deles e da parte da Câmara Municipal para arranjar melhor solução (...)". Depois disse que, de facto, era importante apurar responsabilidades, mas defendeu que não seria "assim tão urgente", também disse que não se deveria ir pelo caminho sugerido pelo Senhor Presidente de Câmara "de enviar para o Ministério Público, Inspeção Administrativa, Tribunal de Contas" e ainda disse que concordava com "a proposta da IL de haver uma comissão de inquérito que, efetivamente, averigue o que se passou, mas que seja rápido e que não impeça de vermos o Mercado municipal a funcionar como deve ser". Depois deixou um apelo daquilo que tem vindo a dizer "à surdina (...) que é preciso olhar para os procedimentos da Câmara Municipal, os dirigentes da Câmara Municipal têm que ter cuidado com aquilo que os outros dirigentes fazem e os superiores com aquilo que os dirigentes fazem, porque este é um problema que saiu a público e que é grave e tem grandes contornos, mas há outros problemas mais pequenos e que se fala à boca pequena e as comunidades pequenas são prejudicadas com aquilo que se está a passar e que qualquer dia vem à opinião pública (...) obviamente são problemas de organização mas hoje em dia há procedimentos organizacionais que permitem que essas coisas acontecem cada vez menos" finalizou o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Candelária. -----

VIII) O Senhor Deputado Municipal do PS, Hernâni Luís Ferreira Bettencourt, tomou a palavra e começou por dizer que ficou "um pouco atordoado com o início desta sessão" e depois, sobre o assunto do Mercado da Graça, disse que se "olha para um lado é asneira, olha-se para o outro e é asneira ainda maior, portanto há aqui uma trapalhada e uma sucessão de erros (...) e que a Câmara de Ponta Delgada é só uma (...) depois a fase seguinte, de eventuais responsabilidades diretas é diferente (...) mas a Câmara é só uma mas o PSD são dois ou mais, neste momento em Ponta Delgada e houve uma cisão claríssima hoje aqui que não se pode ignorar" considerou o Senhor Deputado Municipal, que depois saudou e louvou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela "coragem de ter vindo aqui por os nomes e dar a cara com toda a frontalidade, com termos que não são nada simpáticos". Depois referiu que em tempos foi dirigente de futebol e que nunca gostou de ver a sua equipa perder com auto-golos e isto serviu para dizer que não gosta "de ver o PSD desta maneira (...) porque não engrandece Ponta Delgada, ninguém fica bem nesta fotografia do empurra (...) e que estes ajustes de contas são péssimos". Em relação ao Mercado da Graça, disse que se está a falar "de um ex-libris que está

R

KL

abandonado há muitos anos (...), no sentido de não exceder o encanto que merece (...), porque os mercados são praças emblemáticas dos sítios, (...) o Mercado da Graça não merece aquilo que lhe estão a fazer há décadas, ver o mercado nas catacumbas, numa garagem, sem dignidade, aquilo é uma afronta a qualquer pessoa" e assim o Senhor Deputado prosseguiu para apelar a um entendimento entre as partes, porque a seu ver *"meter Ministério Público ou inspeções, não é assim que se resolve, porque isto só vai piorar, só vai acicatar e no fim vamos pagar todos"*. Depois o Senhor Deputado disse que queria fazer algumas perguntas muito concretas, a saber: *"há ou não um projeto de segurança contra incêndios? Porque de um lado da barricada diz que não há mas do outro diz que há. Depois temos pelo meio o Serviço Regional de Proteção Civil (...) a dizer que há um parecer que foi dado: parecer a quê, se não há nada? Era passível de ser revisto ou reformulado de uma ponta à outra aquele projeto que foi apresentado? Sim ou não? Se tivesse sido, estávamos a tempo de poupar uns milhares, ou meio milhão de euros? Sim ou não? A Câmara, ao ter conhecimento e ao permitir a continuidade da obra, ao ter conhecimento, nas palavras do comunicado do Senhor Presidente, que era inexistente, portanto não havia nenhum projeto, mas a obra continuou porque podia continuar, afinal a obra pode continuar sem um projeto na íntegra, sem nada? Sim ou não? Parece que pode, porque só quando se passou para o teto, ou quando estava a chegar a nova fase é que 'aquí d'el rei' que tem que parar"* assim disse o Senhor Deputado Municipal que ainda referiu que *"há aqui muita trapalhada, há muito assunto para ser resolvido, há muitas responsabilidades (...)"* e depois disse que a intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada foi no sentido de dizer que *"não tinha responsabilidades nenhuma nisto"*. Para finalizar disse que era a favor da criação da *"comissão de inquérito, mas no âmbito político e com pensamento nos comerciantes e em Ponta Delgada"*. -----

IX) O Senhor Deputado Municipal do PSD, Víctor Carlos de Arruda Almeida, foi quem se seguiu e iniciou a sua intervenção referindo que ia dizer o que estava a sentir naquele momento que era tristeza porque, disse o Senhor Deputado, nunca viu, nos vários anos que tem de vida pública, *"uma Senhora Presidente da Assembleia Municipal sair do seu lugar, descer e confrontar ou afrontar o Senhor Presidente de Câmara quando são do mesmo partido"* e considerou que *"haveria, certamente, outras formas de se entenderem, não esta. Nunca esta!"* afirmou. Depois, o Senhor Deputado Municipal disse

N.C.L.

que ficou sem palavras, "quando o Presidente de Câmara diz que se devem apurar responsabilidades e a oposição diz que não, que não se deve preocupar com isso" e terminou. -----

X) Seguiu-se a Senhora Deputada do PS, **Maria Luísa Medeiros Bairos**, que disse que preferia pegar no assunto por forma "a humanizar esta questão" e prosseguiu dizendo "que o Mercado (...) de Ponta Delgada, que existe desde 1848, é uma montra da cidade, ela é humana, ela é social, ela é económica, ela é turística (...) este espaço já foi maltratado por diferentes projetos e agora, independentemente de todos os procedimentos jurídicos, de todas as legalidades, comissões e apuramento de responsabilidades" e continuou dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para perguntar "se vai continuar um projeto para o Mercado, para que o mais rapidamente possível, comerciantes, quem trabalha, quem se sustenta daquele espaço, quem o visita por prazer ou necessidade, utente, cliente, turista, tenham o mais rapidamente possível um espaço digno e emblemático da cidade, independentemente das outras démarches que sejam para ser apuradas ou não?" e continuou dizendo "que saímos daqui todos tristes porque, se houve alertas intermitentes, nós todos deveríamos ter tido conhecimento, inclusivamente as pessoas que ali trabalham, que tiveram poucos contactos e diálogo sobre o que se passava no seu espaço de trabalho", a Senhora Deputada anuiu que estabelecer tais contactos e diálogos poderia "não ser fácil, porque [os comerciantes] são provenientes de diferentes concelhos, mas é Ponta Delgada que beneficia e deve beneficiar deste espaço que não pode ser tratado desta forma", finalizou.

XI) A palavra regressou ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** para respostas e outras considerações sobre o que até ali tinha sido dito e disse literalmente o seguinte: -----

"No que diz respeito à intervenção da Dra. Alexandra Cunha no que diz respeito à comissão que propõe, pois, nós não temos nada a opor a essa comissão, pelo contrário, achamos é que ela ainda fica aquém daquilo que é necessário apurar nestes factos, porque, conforme disse e repito, não pode haver qualquer dúvida sobre o que se passou neste processo e isto vai ser escrutinado até à última página que tenha e até à última nota de rodapé, eu faço questão disso. (...) No próprio comunicado que eu fiz eu sugeri, desde logo, que se criasse uma comissão de inquérito a esta situação, como também abri de imediato, depois da reunião que tive com a Dra. Alexandra Natalino Viveiros, Dra.

R. C. L.

Maria José Duarte, a Eng.^a. Margarida Brito, o Eng.^o. Jorge Moniz, abri também aqui um processo interno de averiguações, porque, de facto, é preciso saber de onde é que pinga a torneira, onde está a racha do cano. E nessa medida, Senhora Deputada, a única coisa que eu lamento é a Senhora Deputada ter falhado nesses 2 dias (...) porque estamos já a perder tempo e gostaria de votar já hoje aqui essa comissão de inquérito, mas isso também revela alguma ligeireza, às vezes, com que se aborda determinados assuntos. Como também o Senhor Deputado Hernâni Bettencourt, tal como eu disse no princípio da minha intervenção, se tivesse tido o trabalho de ir consultar o processo das obras do Mercado da Graça veria que documentos é que lá estão e não vinha com perguntas dessas que só nos fazem perder tempo, porque o Senhor Deputado não fez o seu trabalho de ir consultar o processo. Mas eu digo-lhe: o que nós temos no processo (...) é um termo de responsabilidade, onde alerta - assinado por um Sr. Eng.^o. André Sarmento Sabino Domingos, que tem escritório no Porto - que o projeto de segurança contra incêndios não cumpre e depois elenca um conjunto de situações que não cumprem e como tal devia ter merecido uma melhor atenção, seja da Senhora Presidente da Câmara Municipal na altura, Dra. Maria José Duarte, fosse pela Senhora Vereadora responsável pelo Mercado da Graça, Dra. Alexandra Natalino Viveiros, fosse pelo Sr. Eng.^o Jorge Moniz ... enfim, fosse por quem fosse. Agora, o que eu tenho aqui é um assinatura da Dra. Maria José Duarte a dizer que aprova o processo no dia 14 de dezembro de 2020 com este termo aqui a dizer que o projeto não cumpre e, mais grave ainda, sem esse projeto ter ido à vistoria, ao parecer vinculativo do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros. E portanto (...) isto é que nos obriga a estar aqui hoje. Outra questão (...) se para a obra ou não para a obra, a nossa preocupação, desde logo, foi minimizar prejuízos e, de facto, a nossa preocupação foi: se nós tivéssemos parado a obra logo ali naquela momento, nós tínhamos, se calhar, 10% da obra concluída e estávamos com este hiato de tempo sem ter o processo resolvido e então numa lógica de minimização de prejuízos foi continuar com as frentes de trabalho da obra até onde ela se podia desenvolver, porque estávamos a fazer trabalhos de demolição, e a partir do momento em que fosse mesmo necessário o tal projeto, porque aí a obra pararia, então aí foi o que nós fizemos, contra gosto nós tivemos que parar a obra. Mas tivemos que parar a obra porque, de facto, todos os procedimentos que nós iniciámos a partir do momento em que tivemos conhecimento do parecer da Proteção Civil, a dizer que não havia projeto de sistema de combate a

NCL

incêndios, porque se ele não cumpre com um conjunto de pressupostos legais, logo, como o Senhor Deputado sabe e bem, é inexistente (...) ele para ser válido na ordem jurídica aqui da contratação pública tem que ter um parecer positivo, senão não existe. E o que nós fizemos aqui foi desenvolver todos os procedimentos – e depois, como sabem, as regras da contratação pública obrigam, desde logo, a um cabimento financeiro, a uma alteração no orçamento, a consulta a vários projetistas – todo um conjunto de procedimentos que, neste momento, já estão cifrados num projeto de sistema de combate a incêndios e de alteração do projeto de arquitetura para acomodação desse projeto de sistema de combate a incêndios, que já ultrapassa o meio milhão de euros. E por isso é que eu digo – e contrapunho aquilo que disse o Senhor Presidente da Junta, João Pereira – nós estamos a falar de coisas demasiado sérias para que não fique aqui apenas no âmbito duma comissão de inquérito, porque quem não deve não teme e se, de facto, a Dra. Maria José não deve e não teme, eu também não devo e não temo e, como tal, nada melhor do que termos entidades imparciais, que estão especialmente vocacionadas nestas matérias, como o Ministério Público, a Inspeção Regional Administrativa e o Tribunal de Contas para averiguar onde é que houve aqui a falha e responsabilizar quem tiver que ser responsabilizado. E então nessa medida é que eu entendo que a oposição devia ter ido mais além e não se deixar ficar pela comissão de inquérito, mas eu substituo-me à oposição neste caso e aconselho a oposição a entrar nesse caminho e subscrever connosco essa participação às entidades competentes para que apreciem todo este processo’, terminou o Senhor Presidente. -----

XII) A palavra regressou ao **Senhor Deputado Municipal do PS, José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**, que em tom de encerramento disse, literalmente o seguinte: *“cada um sairá com o seu estado de espírito, mas o PS sai daqui orgulhoso da sua missão cumprida, do seu dever levado ao limite e do nosso compromisso e da nossa lealdade com quem nos elegeu. Nós assumimos integralmente, ao contrário de outros, as nossas responsabilidades e se a vontade dos eleitores de Ponta Delgada – que têm sempre razão – foi que o PS ainda não esteja a gerir Ponta Delgada, nós temos uma missão muito importante em democracia de fiscalizar a ação da Câmara de uma forma serena, responsável, mas com grande frontalidade. Queria, por isso, dizer que o balanço desta Assembleia Municipal, que parece-me que foi por demais justificada, aliás ninguém, praticamente, do PSD usou da palavra e não contestou a pertinência da marcação desta*

R. C. 2

Assembleia Municipal, é bom que se diga que isto, no fundo, é uma obra que é lançada no executivo passado e que o atual executivo não acompanhou devidamente, não ligou muito para o assunto, não houve o cuidado, por exemplo, de reunir com o empreiteiro, ler os relatórios – já que o Senhor Presidente gosta muito de os outros mandarem fazer o trabalho – de lerem os relatórios da entidade fiscalizadora da obra e, a páginas tantas é que vem o escândalo, depois de no dia 28 de janeiro ter sido notificada a Câmara que faltava um projeto de especialidade de segurança contra incêndios, só a 29 de julho – 6 meses e um dia depois – é que a Câmara acorda perante uma inevitabilidade e, com isso, suspende a obra e quem vai pagar são os munícipes, em tempo, em atraso do funcionamento do Mercado e em mais de meio milhão de euros, conforme aqui foi referido. Queria, também, dizer que é pena, mas também, para nós, é uma conclusão que mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara confrontado com uma inevitabilidade, confrontado com um aspeto que foi mal gerido, negligenciado e que exprime uma incompetência que está latente em muitos assuntos que são geridos por esse executivo e pelo Senhor Presidente, o Senhor Presidente acaba por lançar um anátema sobre a Câmara Municipal e este é um aspeto que não foi referido na intervenção inicial, mas que deve ser salientado. Esse 'trumpismo', Senhor Presidente permita-me que volte a referir, mas de facto é um 'trumpismo', o senhor confrontado com uma situação politicamente muito embaraçosa para si, e eu compreendo, extremamente sensível do ponto de vista político, o Senhor Presidente desata a fugir às responsabilidades, a culpar o antigo executivo, a antiga Presidente, o processo, o monte de papéis, etc. e procura, também, nessa fuga às responsabilidades, para além de referências à oposição e sobre o que a oposição deveria fazer que são, permita-me, risíveis, aliás, sobre essas lições de consulta ao processo, talvez fosse bom, Senhor Presidente, os seus vereadores e a sua equipa, esses sim, consultarem o processo, esses é que têm a responsabilidade de governar a Câmara Municipal, não somos nós, pelo menos para já, e o senhor tem aqui um fuga para a frente que é particularmente sensível, Senhor Presidente. (...) mas esse 'trumpismo', esta tentativa de fugir às responsabilidades, ameaçando com o Ministério Público, ameaçando com a Inspeção Administrativa isto é um registo (...) isto é levar à criminalização do debate político, do frontal, contundente e leal debate político para uma dimensão que nos preocupa muito. O PS está sempre pronto para os debates que entenderem, para as Assembleias Municipais que entenderem, debatermos ideias,

R

R. CL

debatermos projetos, apurarmos responsabilidades, mas, de facto, esta fuga, que vale tudo, inclusivamente numa ameaça velada à Sra. ex-Presidente da Câmara de que agora o Ministério Público vai até aos limites apurar as responsabilidades, bem, isto é um caminho muito perigoso, é um caminho que não dignifica ninguém, não dignifica o Presidente da Câmara, nem a Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal, nós não estávamos à espera desta deriva populista do Senhor Presidente da Câmara e isso preocupa-nos muito (...), finalizou o Senhor Deputado Municipal. -----

XIV) Seguiu-se o Senhor Deputado Municipal do PSD, Cláudio Borges Almeida, que começou por dizer que vinha dar apenas duas notas consideradas como fundamentais por si. *"Primeiro e desde logo a vontade do executivo e da Câmara Municipal em tentar perceber o que se passou e tentar resolver a situação"* e depois, dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal do PS José San-Bento, disse *"que não havia nenhuma fuga para a frente"*, como aquele tinha sugerido na sua intervenção. Depois, o Senhor Deputado Municipal do PSD disse *"que o PS não trouxe nada de novo a esta reunião (...)* pediu um debate de urgência sobre o estado do Mercado da Graça", concedeu o Senhor Deputado Municipal e depois fez a seguinte pergunta dirigida ao Grupo Municipal do PS: *"o que é que o PS esperava que este executivo camarário fizesse, qual era a solução?"* e prosseguiu dizendo que *"se o executivo camarário já disse que ia tentar perceber o que se passou, que não tem qualquer problema com a comissão de inquérito que possa ser instaurada"* e a este propósito recordou a comissão de inquérito à Azores Parque, que ainda não tem relatório final e continuou fazendo novamente perguntas ao Grupo Municipal do PS para tentar perceber *"o que o PS pretende?"*. Depois, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa em exercício para dizer que *"este executivo disse e afirmou e voltou a reiterar várias vezes aqui pelo Senhor Presidente que queria assumir responsabilidades, de quem foi o problema, efetivamente, da Praça"* e prosseguiu dizendo *"que o PS foi várias vezes ao púlpito, inclusive pela voz do Deputado José San-Bento a dizer que queria ir mais além."* e deixou várias questões no ar: *"Mas mais além aonde? O que é que efetivamente pretendem? (...) O que é que o PS pretende que se faça?"* e lançou o repto ao PS para dizer darem uma solução e o que deve o executivo fazer, por forma *"a se perceber o que o PS realmente quer"*, finalizou. -----

RP

R.L.L

[Nesta altura, o **Senhor Presidente da Mesa** em exercício informou que o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** iria fazer uma **derradeira intervenção** e depois iria dar a palavra aos membros do público.] -----

XV) A palavra regressou, então, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada** para mais alguns esclarecimentos e disse literalmente o seguinte: -----

"(...) Nós tivemos aqui o cuidado de explicar o que fizemos desde o momento em que tivemos o parecer e vou lembrar uma coisa muito simples: quando o Senhor Vereador Marco Resendes soube que não havia parecer por parte do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, o que nós fizemos, logo em janeiro, foi pedir esse parecer, para ultrapassar as questões que estavam em falta no projeto. E quando nós recebemos essa resposta do Serviço Regional, no dia 28 de janeiro, começámos logo a trabalhar na resolução burocrática da ultrapassagem do Sistema de Proteção contra Incêndios e tivemos a preocupação de aguentar a obra, porque nós não podíamos suspender a obra imediatamente, porque ela não era incompatível, nesta fase (...) estamos a falar de demolições (...) e quando isto chegou a uma fase em que obra não poderia andar mais, porque era preciso o parecer, nós parámos de imediato a obra (...) Eu recordo que nós tomámos posse a 19 de outubro, o Plano e Orçamento foi aprovado na Assembleia Municipal a 29 de dezembro e tomámos conhecimento disto a 10 de janeiro, mais rápido do que isso só se fosse no próprio dia da tomada de posse, em que nós não sabíamos, sequer, o porquê da ausência deste elemento muito importante (...) e depois eu fico estupefacto, com o Senhor Deputado José San-Bento quando se fala na judicialização da política, porque o senhor não tem que ter medo nem receio das entidades competentes para analisar estas matérias (...) aliás o senhor tanto não tem medo que até (...) o PS participou à Comissão Nacional de Eleições o aparecimento de umas esferográficas do PSD numa carrinha da Junta de Freguesia de São Pedro (...) mais uma vez o senhor é um poço de contradições, mas o Senhor Deputado fez o que tinha de fazer (...) portanto o senhor diz uma coisa de manhã e à tarde diz outra, quando o senhor precisa de recorrer aos meios judiciais adequados não hesita, quando é o executivo camarário que quer recorrer aos meios judiciais adequados, o senhor vem falar da judicialização da política. Pois, a primeira pessoa que falhou na judicialização da política foi o Senhor Deputado José San-Bento. Isto para dizer que se, neste país, nós temos entidades competentes, como o

RL

Tribunal de Contas, a Inspeção Regional Administrativa e Procuradoria Geral da República, pois são essas entidades que têm que se pronunciar no sentido de averiguar se houve ou não alguma falha neste processo. (...) Para concluir, o que é importante aqui, acima de tudo, assumir e para responder à última questão que foi colocada aqui pela Senhora Deputada Luísa Bairos, é que, de facto, nós estamos ao lado dos comerciantes e do Mercado da Graça, estamos solidários com eles e daí a nossa preocupação foi imediatamente arranjar uma solução para que eles, caso assim entendessem, se pudessem mudar e eu próprio coloquei à disposição dos comerciantes do Mercado da Graça para irmos para as Portas do Mar – estão ali alguns comerciantes que não me deixam mentir – e nós colocámos essa possibilidade e ela estará sempre em cima da mesa, quando assim o entenderem, se hoje entenderem que, de facto, se devem mudar, alterando aquilo que decidiram há umas semanas atrás, nós vamos enveredar os esforços para darmos-lhes as melhores condições para o efeito, porque a alternativa que existe ali é fechar o Mercado da Graça e nós não queremos fechar o Mercado da Graça, porque entendemos que os senhores têm direito ao seu rendimento. Nós, neste momento, não cobramos licenças, não cobramos taxas, não há nada que a Câmara esteja a cobrar aos lojistas do Mercado da Graça e o que nós queremos, caso assim se entendam, (...) eu lanço este repto ao senhores que aí estão: se conseguirem reunir algum consenso para irem para outro lugar que seja mais aprazível para todos vós trabalharem, nós estamos disponíveis para analisar essa situação. Sei que há uns anos atrás o Mercado da Graça esteve instalado no Parque de São Francisco Xavier, por exemplo o Campo de São Francisco seria também uma alternativa para instalar lá o Mercado da Graça, criando umas estruturas que consigam conciliar ali alguma coisa, ou mesmo o Pavilhão das Portas do Mar, há um conjunto de alternativas que podem resolver essa situação temporária e, por isso, só para concluir, estamos solidários convosco e vamos, isso garanto-vos, vamos assumir todas as nossas responsabilidades do dia 19 de outubro em diante e vamos enveredar todos os esforços para estar ao vosso lado nestes momentos que são os momentos mais difíceis." -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida, o Senhor Presidente em exercício da Mesa informou que iria dar a palavra às pessoas do público que se tinham inscrito e que teriam 5 minutos para o efeito. -----

#

R.L.L.

I) A primeira pessoa do público a intervir foi o **Sr. Paulo Ferreira**, que foi devidamente identificado junto da Mesa no início da sessão com nome, morada e assunto a tratar e que começou por dizer que esta tinha era a primeira vez que tinha estado presente numa Assembleia Municipal, mas disse que não queria voltar *"porque isto parecia uma brincadeira com o dinheiro dos contribuintes"*. Depois disse que era gestor de empresas de profissão e que tinha empregados a quem tinha de pagar ordenados. Também disse que estávamos perante uma *"incompetência por parte da Câmara Municipal"*, porém disse que, sendo originário de outro concelho, *"existe incompetências noutras Câmaras também"*. Disse que não se verificam *"as coisas como deve de ser e quando se verifica documentos importantes como estes tem que se ler"* tudo, inclusivamente o que está nas entrelinhas. De seguida, disse que o Senhor Presidente da Câmara se havia reunido com os comerciantes do Mercado da Graça cerca de 3 semanas antes, porém o Sr. Paulo Ferreira disse que não participou porque foi informado apenas às 09:00 do próprio dia e já tinha *"outros compromissos"*. Depois, o Sr. Paulo Ferreira disse que no Mercado da Graça *"são cerca de 70 comerciantes a terem perdas monetárias de 60% a 70%"*, mas confirmou o que o Senhor Presidente da Câmara havia dito sobre não estarem a ser cobradas licenças nem taxas. Contudo, o Sr. Paulo Ferreira disse que está a perder mais do que em termos económicos, está também a perder o público que não gosta de ir ao local onde está instalado o Mercado da Graça agora *"e que está a ir a outros locais e se calhar já está a gostar de outros mercados e poderá não voltar mais ao Mercado da Graça"*. Também disse que os comerciantes do Mercado da Graça estão a perder *"produtos diariamente, como legumes, devido ao calor"*. E sobre a solução apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Paulo Ferreira disse que *"é boa e não é boa"* e que de acordo com o que soube do que foi dito na dita reunião entre o Presidente da Câmara de Ponta Delgada e os comerciantes, tinha sido dito *"que o dinheiro não seria problema"* numa eventual mudança de espaço para as Portas do Mar. Ainda disse o Sr. Paulo Ferreira que o meio milhão de euros, referidos pelo Senhor Presidente, *"não dá para mudar os comerciantes todos, porque deslocar aquilo tudo"*. Prosseguiu dizendo que *"uma das soluções que foi proposta na altura pela Câmara e que foi votada (...) foi que ou iam para o parque de estacionamento, ou iam para uma tenda que ia ser adquirida pelo município para o parque de estacionamento ao lado"* a seu ver *"era a solução mais conveniente"*, e baseou a sua opinião no conhecimento que tem de vários mercados no



RCL

país e deu como exemplo "o mercado de Tomar que esteve 4 anos e meio dentro de uma tenda, com os comerciantes todos, os talhos incluídos (...) e ninguém reclamou e os comerciantes esperaram os 4 anos para as obras serem concluídas". Falando novamente do problema atual com o Mercado da Graça, o Sr. Paulo Ferreira disse que "não se pode esperar 4 anos, uma vez que isto já está desde dezembro de 2020, depois foi aprovado em setembro de 2021 (...) porque foi aprovado antes das eleições". Referiu que tem 9 empregados e que felizmente para si não depende do Mercado, porém foi criado e gosta do Mercado e disse que infelizmente também não há consensos entre os próprios comerciantes do Mercado e não se consegue criar uma associação de comerciantes para se poder debater de forma unida com a Câmara Municipal, em vez de irem 40 ou 50 comerciantes a uma reunião. Porém, de acordo com o Sr. Paulo Ferreira, "os comerciantes gostavam de acompanhar mais o processo, porque este processo, desde o início do projeto, foi feito à parte dos comerciantes" e prosseguiu dizendo que houve apenas uma única reunião entre a vereadora com a responsabilidade do Mercado da Graça do anterior executivo e os comerciantes e disse que o saber empírico de quem trabalha no terreno não deve ser descurado. Depois reforçou a ideia de os comerciantes poderem acompanhar com maior proximidade o processo e saber quanto tempo é que vão ter que ficar na situação em que estão e finalizou apelando à união por forma a se acelerar o processo de requalificação do Mercado da Graça. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada pediu a palavra para responder ao Sr. Paulo Ferreira e disse que queria manifestar a sua preocupação e que o importante era trabalharem todos juntos para encontrarem uma solução, Câmara Municipal e comerciantes, "que permita minimizar, nesta fase, os prejuízos, por forma a ter amanhã um Mercado absolutamente adequado às necessidades de quem lá trabalha" e deu razão ao Sr. Paulo Ferreira a propósito da importância da opinião das pessoas que trabalham no local. Também disse que tinha dúvidas em relação ao projeto acústico a propósito "de umas telhas que estão lá" e sobre "o calor e o frio", o Senhor Presidente disse que também não vê nenhum projeto térmico, "portanto há aqui um conjunto de circunstâncias que quem lá está é que sabe como é que as coisas funcionam". Depois o Senhor Presidente disse que o seu executivo estará sempre disponível para reunir, ressalvando que o importante é "conseguir o máximo de consenso possível" e aproveitou para falar sobre a reunião passada com os comerciantes, dizendo que "foram cerca de 40

R

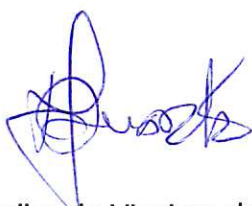
RCL

comerciantes, mas apenas 2 é que manifestaram interesse em ir para as Portas do Mar", porém, reforçou o Senhor Presidente de Câmara, há disponibilidade "para reunir as vezes que forem necessárias, para encontrar outros locais que, eventualmente, os senhores, com a experiência que têm, nos possam indicar, seja onde for" e aí a Câmara irá verificar se essa eventual solução é ou não possível do ponto de vista técnico. O Senhor Presidente quis deixar claro aos comerciantes que está muito preocupado com este assunto e que quer resolver o assunto o quanto antes e que irá trabalhar com todo o empenho e toda a força para resolver o assunto o mais cedo possível, porque, de facto, seguiu o Senhor Presidente, é uma situação muito ingrata para os senhores comerciantes e não é nada confortável para a própria Câmara Municipal, finalizou o Senhor Presidente. -----

II. ENCERRAMENTO

Não havendo mais intervenções, o assunto foi dado como finalizado pelo Senhor Presidente da Mesa em exercício. Desta forma a **Senhora Presidente da Mesa regressou ao seu lugar, de acordo com o disposto no n.º 51 do Regimento** e não havendo outros assuntos a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa, pelas 16:30, deu como encerrada a terceira reunião extraordinária de 2022 da Assembleia Municipal de Ponta Delgada** da qual, para constar, se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, depois de lida e aprovada na reunião subsequente, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ponta Delgada e por quem relatou a sessão e lavrou a presente ata. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

O Relator



Rui Rebelo Gamboa

Processos e Revisões

Documentos anexos:



Doc. 1: Edital; -----

Doc. 2: Requerimento do PS para convocação de Assembleia Municipal Extraordinária; ---

Doc. 3: Lista de presenças; -----

Doc. 4: Substituições PSD; -----

Doc. 5: Substituição no BE; -----

Doc. 6: Substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fajã de Cima; -----

Doc. 7: Email da Dra. Maria José Lemos Duarte para o Senhor Presidente de Câmara. ----



AME 3/2022
doc. 1
16/8/2022
P. C. L.

EDITAL

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte, Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, torna público que se encontram convocados para reunir em sessão extraordinária os membros da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, a qual terá lugar no Centro Natália Correia, no dia 16 de agosto do ano em curso, pelas 14:30 horas, nos termos do nº 1 do artº 33º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, tendo como ordem de trabalhos o ponto único:

- Obras de Requalificação do Mercado da Graça.

Paços do Concelho de Ponta Delgada, 8 de agosto de 2022



Maria José Lemos Duarte
Presidente da Assembleia Municipal

AMC 3/2022
doc. 2
16/8/2022
R. C. L.



Partido Socialista
AÇORES

GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Requerimento Para Convocação de Assembleia Municipal Extraordinária

Atendendo aos últimos acontecimentos relacionados com as obras do Mercado da Graça, a óbvia gravidade para o normal funcionamento da Edilidade de Ponta Delgada que tal problema acarreta, o caos e a confusão que se instalou na sociedade.

Considerando, ainda, a premência de explicações perante a Assembleia Municipal de Ponta delgada, por parte do Presidente da Câmara Municipal,

Que a Câmara Municipal foi notificada em janeiro do presente ano, pelo Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores para o facto da obra no Mercado da Graça ter sido iniciada, sem o projeto de segurança contra incêndios, e que tal informação foi sendo sonogada ao longo das diversas assembleias municipais que, entretanto, se realizaram,

Que tal omissão do Presidente da Câmara Municipal obstaculizou, de forma gravosa e sem precedentes, à concretização, por parte da Assembleia Municipal, do seu dever de fiscalizador (artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, na sua atual redação),

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, atento o preceituado na alínea b) n.º 1 do artigo 33.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, vem requerer a convocação de uma Assembleia Municipal Extraordinária, com carácter urgente, para debater a problemática das obras do Mercado da Graça.

O Coordenador do Grupo Parlamentar do PS-A

Ponta Delgada, 5 de Agosto de 2022

José Carlos San-Bento

ML

AVE 3/2022

Doc 3

16/8/2022

RCL i/c

Partido	VOGAIS	SESSÃO: 16-08-2022
PSD	Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte	
PSD	Cláudio Borges Almeida	
PS	Ana Liseta Paiva	
PSD	José Joaquim Ferreira Machado	Faz-se substituir por Victor Carlos de Arruda Almeida
PS	Humberto Marcelino Nunes Bettencourt	
PSD	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda	
PS	Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas	
PSD	Luís Carlos da Silva Pereira	Faz-se substituir por Maria de Fátima Maiato
PSD	Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco	Faz-se substituir por Sónia Maria Arruda Cabral
PSD	Bruna Vasconcelos Valério de Almeida	Faz-se substituir por Catarina Jesus Bettencourt Botelho Paiva
PS	Andreia Carreiro de Figueiredo	
PSD	Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira	Faz-se substituir por João José Correia de Medeiros
PS	Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes	Faz-se substituir por Teresa Marta Arruda Correia
PSD	Carlos José Linhares Estrela	
PS	José Carlos Gomes San-Bento de Sousa	
PSD	Carolina Ponte Bastos	
PSD	Nuno António de Bettencourt Gomes	
PS	Rita Sofia Vieira da Mota	
PSD	Gonçalo Gomes dos Santos da Silveira Teles	
PS	Nuno Miguel de Andrade Miranda	
PSD	Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira	
PS	Hernâni Luís Ferreira Bettencourt	
IL	Alexandra Carreiro de Carvalho e Cunha	
PSD	Gilberto Araújo Rodrigues	
BE	Avelina Maria de Silveira Ferreira	Faz-se substituir por João de Arruda Margarido Palma Ramos
PS	Maria Luísa Medeiros Bairos	
PS	Rui Alexandre Barbosa Sousa	

#

#

Partido	JUNTAS DE FREGUESIA	SESSÃO: 16-08-2022
PSD	José Manuel Pavão Farias	✓
PS	Sandra Micaela Costa Dias Faria	✓
SC	João Alberto Silva Pereira	✓
PS	Ana Beatriz Pereira Arruda	✓
PS	Mário Serafim da Silva Machado	✓
PS	António Luís Moniz dos Anjos	✓
PS	Pedro Filipe Goulart Almeida	Faz-se substituir por Maria da Graça Oliveira Silva (SJF) ✓
PSD	Bruno Alexandre Aguiar Costa	✓
PS	Zélia Maria Cabral de Melo Silva	✓
PSD	Paulo César Araújo Pavão	✓
PSD	Manuel António Botelho Soares	✓
PSD	Carlos Manuel Silva Cabral	✓
PS	Duarte Manuel Luzia Carvalho	✓
PSD	Pedro Miguel da Silva Melo	✓
PS	Joana Miranda Ernesto	✓
PS	Tomás Daniel Bernardo Vultão	✓
SCVN	António Espírito Santo de Medeiros Cabral	✓
PSD	Marco Paulo Freitas Oliveira	faz-se Dianna Arruda ✓
PSD	Jorge Miguel Amaral Oliveira	✓
PSD	José Manuel Resendes Leal	✓
PS	Pedro Miguel Medeiros de Moura	✓
PSD	José Maria Pereira Rego	✓
PSD	Noémia Lima Ventura	✓
PS	Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	✓




Assunto: Mapa presenças Assembleia Municipal Extraordinária - 16 de agosto

De: <psdacores@psdacores.pt>

Data: 11/08/2022, 11:43

Para: <rosamendes@mpdelgada.pt>

Exma. Senhora

Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Venho informar V.Exa que na reunião da Assembleia Municipal Extraordinária de 16 de agosto, estarão presentes os deputados municipais do PSD/Açores.

Cargo	Membro Eleito	Em substituição
Deputado Municipal	Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte	
Deputado Municipal	Cláudio Borges Almeida	
Deputado Municipal	José Joaquim Ferreira Machado	Víctor Carlos de Arruda Almeida
Deputado Municipal	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda	Só na 3ªf manhã, consegue dar resposta, se não for avança o João Carlos Arruda, que já está a par da situação.
Deputado Municipal	Luís Carlos da Silva Pereira	Maria de Fátima Maiato
Deputado Municipal	Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco	Sónia Maria Arruda Cabral
Deputado Municipal	Bruna Vasconcelos Valério de Almeida	Cátarina Jesus Bettencourt Botelho Paiva
Deputado Municipal	Francisco Jorge Soares B. Silveira	João José Correia de Medeiros
Deputado Municipal	Carlos José Linhares da Estrela	
Deputado Municipal	Carolina Ponte Bastos	
Deputado Municipal	Nuno António Bettencourt Gomes	
Deputado Municipal	Gonçalo Gomes dos Santos da Silveira	
Deputado Municipal	Fátima Fernanda S B P Moreira	
Deputado Municipal	Gilberto Araújo Rodrigues	
Pres JF Ajuda da Bretanha	José Manuel Pavão Farias	
Pres JF Fenais da Luz	Bruno Alexandre Aguiar Costa	
Pres JF Ginetes	Paulo César Araújo Pavão	
Pres JF Livramento	Manuel António Botelho Soares	
Pres JF Mosteiros	Carlos Manuel Silva Cabral	
Pres JF Relva	Pedro Miguel da Silva Melo	
Pres JF Santo António	Marco Paulo Freitas Oliveira	
Pres JF São José	Jorge Miguel Amaral Oliveira	
Pres JF São Pedro	José Manuel Resendes Leal	
Pres JF São Sebastião	José Maria Pereira Rego	
Pres JF São Vicente Ferreira	Noémia Lima Ventura	

Com os melhores cumprimentos,

Carla Silva

Administrativa | PSD/Açores

✉ carla@psdacores.pt | 🌐 www.psdacores.pt

☎ (+351) 296 209 160



Substituição de presença na Assembleia Municipal

imap://geral%2Eam@imap.mpdelgada.pt:143/fetch%3EUID...

AME 3/2022

Assunto: Substituição de presença na Assembleia Municipal

De: Avelina Ferreira <moonwater59@gmail.com>

Data: 11/08/2022, 11:23

Para: Assembleia Municipal <geral.am@mpdelgada.pt>

CC: António Lima <amrlima@gmail.com>, Jessica Pacheco <jessicacpacheco@outlook.pt>

Handwritten signature
doc 5
16/8/2022

Exma Senhora Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Ponta Delgada,
Venho por este meio levar ao seu conhecimento que, no que respeito à minha presença na próxima Assembleia Municipal Extraordinária, me farei substituir pelo Doutor João Ramos. A minha ausência deve-se a motivos familiares de força maior.
Com os melhores cumprimentos,
Avelina Ferreira
Deputada Municipal em representação do Bloco de Esquerda

Sent from my iPad

Handwritten signature

Handwritten mark

Assunto: Pedro Almeida - justificação de ausência e substituição - Assembleia Municipal Extraordinária de 16/08/2022

De: Pedro Almeida <pres.jffcima@sapo.pt>

Data: 12/08/2022, 10:49

Para: geral.am@mpdelgada.pt

CC: "Graça Silva (Secretária JFFC)" <sec.jffcima@sapo.pt>

AUC 3/2022
Doc 6
16/8/2022
R. C. L.

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada,
Dra. Maria José Duarte.

Por questões de ordem pessoal e de última hora, lamento informar-lhe que não poderei atender à Assembleia Municipal Extraordinária do próximo dia 16/08/2022, no Centro de Estudos Natália Correia.

Assim, informo que me farei representar e substituir pela Sra. Secretária desta Junta de Freguesia, Dra. Maria da Graça Silva.

Muito agradeço confirmação da receção da presente mensagem.

Votos de uma excelente Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos e estima,

Pedro Goulart Almeida
Presidente



Junta de Freguesia de Fajã de Cima
Rua da Vila Nova, 23
9500-506 Fajã de Cima
Telefone: 296638014
E-mail geral: jffcima@sapo.pt

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Assunto: Obras de Requalificação do Mercado da Graça

De: Maria José <mariajos.duarte@gmail.com>

Data: 16/08/2022, 13:37

Para: "presidente@mpdelgada.pt" <presidente@mpdelgada.pt>

CC: "claudioalmeida@granja.pt" <claudioalmeida@granja.pt>, "jjoaquim.machado@gmail.com" <jjoaquim.machado@gmail.com>, "sanbento@hotmail.com" <sanbento@hotmail.com>,

"moonwater59@gmail.com" <moonwater59@gmail.com>, "alexandracunha@gmail.com" <alexandracunha@gmail.com>, "juntafreguesiasantaclara@gmail.com" <juntafreguesiasantaclara@gmail.com>, "freguesiacandelaria@hotmail.com" <freguesiacandelaria@hotmail.com>

AUG 3/2022
doc 7
16/8/2022

1/3

R.C.L.

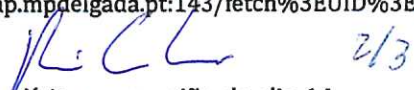
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada
Dr. Pedro Nascimento Cabral

Tendo em conta o comunicado da Câmara Municipal de Ponta Delgada, publicado na rede social Facebook, no dia 29 de julho de 2022, com o título "Obra suspensa no Mercado da Graça por motivos de segurança", e em que V. Exa profere as seguintes palavras citadas: "Esta foi uma decisão que fomos forçados a tomar para salvaguardar a segurança de todos os comerciantes e visitantes do Mercado da Graça. Sinceramente, não compreendo como chegamos a este ponto, o que me deixa profundamente surpreendido e triste pelo facto de um projeto tão importante como é o de segurança contra incêndios ter sido descurado em detrimento de uma incompreensível urgência colocada na decisão da execução destas obras pelo anterior executivo camarário. Vamos instaurar um processo interno de averiguações para o apuramento de eventuais responsabilidades sobre o sucedido", venho manifestar o meu repúdio absoluto para com estas declarações, uma vez que as mesmas não correspondem à verdade, e afetam a minha honra, integridade e bom nome, bem como o das pessoas que integraram o anterior executivo camarário, a que eu tive a honra de presidir.

Assim, venho recordar-lhe que V. Exa. teve acesso aos factos, e presidiu a duas reuniões com a minha pessoa e na presença de terceiros, nos passados dias 13 e 14 de julho, onde, de forma clara e inequívoca, ficou demonstrado que, nem eu, nem ninguém do meu executivo, tivemos conhecimento, em momento anterior a estas reuniões, que o projeto de segurança contra incêndios não estava totalmente em conformidade com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Os esclarecimentos então prestados nessas reuniões, sobretudo na que teve lugar no dia 14 de julho, pareceram-me tê-lo convencido de que efetivamente o anterior executivo camarário desconhecia o que agora se sabe, porque decidiu fundado numa informação técnica prestada e assegurada pelo Chefe de Divisão que tinha a seu cargo a coordenação do projeto em causa, o Eng.º Jorge Moniz. De resto, como muito bem sabe, é assim que sucede em todos os processos de tomada de decisão.

Com efeito, como saberá V. Exa., que, para além de Presidente de Câmara, é um douto jurista, outra coisa não me seria exigível - nem a outro Presidente, colocado na minha posição - que não a de dar seguimento à abertura de procedimento concursal para o lançamento do concurso público para a adjudicação desta obra, uma vez que a informação que então me foi presente pelo Senhor Eng.º Jorge Moniz, dirigente responsável pelo Mercado da Graça e técnico que dirigiu todo o processo de elaboração do projeto e peças necessárias e obrigatórias, refere que estava concluído o projeto de execução para a cobertura do Mercado da Graça, onde detalha as referidas peças inclusas, sendo uma delas o Projeto de Segurança Contra Incêndios, sem que tivesse feito qualquer observação sobre qualquer incumprimento do projeto. Estes factos são inquestionáveis e não permitem outra conclusão. Ora, isto foi escrito e assinado pelo referido dirigente, a 27 de novembro de 2020, tendo eu, em consequência e ato contínuo, despachado favoravelmente, a 14 de dezembro de 2020, referindo inclusivamente que o fazia nos termos da informação prestada. Este documento é do seu conhecimento, consta do procedimento administrativo em causa e foi referenciado nas duas referidas reuniões realizadas a 13 e 14 de julho, pelo que foi com enorme surpresa, choque e tristeza, que tomei conhecimento das suas declarações públicas,

M



que fazem tábua rasa desta informação, bem como daquela que ficou bem explícita na reunião do dia 14 de julho. Aliás, devo recordar-lhe daquilo que de importante se passou nessa reunião, em que estiveram presentes, para além de mim e de V. Exa., a anterior vereadora com o pelouro do mercado municipal, a Dra Alexandra Viveiros, o atual Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e também Vice-Presidente no período da minha presidência, Dr. Pedro Furtado, o atual Vereador com o pelouro das obras, o Arquiteto Marco Resendes, a Eng^a Margarida Brito, dirigente responsável pelo Departamento de Obras Municipais e Equipamentos (DOME), o Eng.^o Jorge Moniz, dirigente anteriormente responsável pelo Mercado da Graça (DCTD), a Arquiteta Clara Neto, atual dirigente responsável pelo Mercado da Graça e o seu chefe de Gabinete:

- 1.V. Exa. abriu a reunião, explicando que tinha sido detetado, pela entidade executante, que faltava, nas peças processuais, o projeto de segurança contra incêndios;
2. Quer eu, quer a Dra Alexandra Viveiros, manifestamos espanto e desconhecimento pela alegada falta deste projeto uma vez que, ao longo do processo, e também na informação final do dirigente responsável pelo Mercado, o Eng.^o Jorge Moniz, foi pelo mesmo expressamente assegurado que este projeto integrava as peças do Processo, conforme V. Exa. pode verificar pela leitura da informação – este particular facto parece-me de elementar relevância;
3. A Dr^a Alexandra Viveiros questionou então o referido dirigente do Mercado acerca do porquê desta falha, ao que ele, num tom notoriamente desconcertado e evasivo, acabou por dizer que não tinha obrigação de informar que o projeto não estava em conformidade com todos os requisitos legais, tentando descartar uma responsabilidade que só a ele cabia enquanto titular de um cargo dirigente cuja atuação deve ser pautada por princípios fundamentais da atuação administrativa, como sejam os princípios da legalidade, da responsabilidade, da competência, transparência e boa fé. Acrescentou este dirigente que, quem quisesse que procurasse no processo a informação do engenheiro responsável pelo termo de responsabilidade do projeto, e que ele, Jorge Moniz, tendo conhecimento dela, mas não tendo dado conhecimento, anexou, de forma velada, ao processo, mas que, em momento algum, a referiu ou evidenciou aos seus superiores (acrescento que, da leitura da mesma, que fiz após me ter sido disponibilizada no dia 14 de julho, não resulta o incumprimento que V.Exa anunciou na reunião, sendo as falhas apontadas no termo de responsabilidade relativas à evacuação de espaços, à ausência de compartimentação das vias verticais de evacuação e à largura útil das vias de acesso ao edifício, tudo situações devidas ao facto de se tratar de um edifício pré existente e do mesmo se situar no centro histórico da cidade, e que poderiam vir a ser corrigidas nos termos sugeridos na própria informação);
4. A Dra. Alexandra questionou, também, a senhora Diretora do Departamento das Obras Municipais e Equipamentos, Dra. Margarida Brito, responsável pela preparação das peças do concurso público de adjudicação da obra, do porquê de não ter sido detetada esta falha, uma vez que na preparação do processo, ela detetou várias outras que foram corrigidas. Não tendo dado uma resposta satisfatória, ficou pelo menos a certeza de que também declinou responsabilidades no sucedido, porque entendia que não era ao departamento dela que competia essas responsabilidades, mas sim, à divisão dirigida pelo Eng.^o Jorge Moniz, porque foi, efetivamente, aquele dirigente, o técnico que dirigiu todo o processo de elaboração do projeto e peças necessários e obrigatórias.
5. Ficou também claro que a suposta urgência com o início da obra, e que V. Exa faz questão de apontar no comunicado da Câmara como tendo precipitado o início dos trabalhos, nunca condicionou o cumprimento da legalidade, como estava bem explícito num e-mail que a então vereadora Alexandra Viveiros enviou ao Eng.^o Jorge Moniz e a que o próprio fez referência na reunião;
6. A triste e lamentável desresponsabilização do dirigente da DCTD demonstrou bem que o anterior executivo camarário nunca teve conhecimento dessa falha técnica, nem nunca apressou o início da obra em detrimento do cumprimento dos requisitos legais;
7. É por isso de uma estranheza enorme, que V. Exa., tendo estado presente na reunião, tenha vindo publicamente culpabilizar o anterior executivo camarário, de forma leviana e imprudente, rematando com a informação de que seria iniciado um processo de averiguações, até porque, como bem sabe V. Exa, quando se dá início a um processo de averiguações, é para apurar factos e responsabilidades, mas V. Exa optou por, mesmo antes desse apuramento, antecipar um juízo conclusivo, atribuindo desde logo as responsabilidades ao anterior executivo, assim condicionando os trabalhos do instrutor do inquérito,



R. Cunha 3/3

que agora se irá iniciar, bem como o normal desenvolvimento destas averiguações. Isto amplifica a minha preocupação, impondo-se a questão de saber qual o real motivo que está subjacente à instauração deste processo de averiguações...

8. É ainda mais incompreensível, ilógico e mesmo contraditório, o que V. Exa. refere no seu direito de resposta publicado no Açoriano Oriental de 7 de agosto passado, quando diz que "A CMPD foi notificada em 28 de janeiro de 2022, pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores do seu parecer desfavorável sobre o presumido projeto de segurança contra incêndios da obra do Mercado da Graça. Desde logo, foram iniciados por este executivo camarário todos os procedimentos inerentes à elaboração do correto projeto de segurança contra incêndios e necessário aditamento ao projeto de arquitetura do Mercado da Graça, processo que ainda decorre nos serviços da CMPD, de modo a cumprir com todos os respetivos requisitos legais da contratação pública". Ora, se, como refere, logo a 28 de janeiro os serviços da CMPD começaram de imediato a tratar de suprir a lacuna do projeto em causa, como explica que a 29 de julho (data do seu comunicado público, volvidos 6 meses e 1 dia) tal projeto não esteja ainda concluído? Como explica que tal demora, da responsabilidade única e exclusiva do atual executivo, tenha determinado a suspensão da obra?

9. Devo ainda lembrar-lhe das consequências financeiras gravíssimas que advirão para a CMPD de uma decisão de suspensão dos trabalhos da empreitada em causa, como a que já tornou pública, pois tal implicará, nos termos da lei da contratação pública, o pagamento pela CMPD ao empreiteiro de uma compensação financeira, o que, no caso, é ou teria sido possível evitar e só a si competia evitar ou impedir;

10. Assim, perante este esclarecimento, claro e inequívoco, feito na reunião do dia 14 de julho e reforçado nesta missiva, as seguintes ações, por parte da CMPD, impõem-se:

Em primeiro lugar, que seja emitido novo comunicado a retificar o que por V. Exa foi insinuado, uma vez que são declarações acusatórias sem sustentação legal ou factual;

Em segundo lugar, que me seja informado de quem foi nomeado instrutor do processo de averiguações que V. Exa anunciou ter mandado instaurar, sendo que, desde já, declaro que pretendo ser chamada para prestar declarações neste âmbito;

Em terceiro lugar, que me seja facultado o relatório da Proteção Civil que V. Exa. invoca como tendo sido determinante para a suspensão da obra;

Em quarto lugar, que me seja facultado relatório detalhado de todos os procedimentos e atos de gestão tomados pela CMPD desde 28 de janeiro até ao momento, com vista à retificação ou elaboração do novo projeto de segurança contra incêndios.

Por fim, Senhor Presidente, devo dizer-lhe que as suas lamentáveis declarações públicas, bem como a revelação das suas contradições de que as mesmas enfermam, são reveladoras de desorientação gestonária, deslealdade pessoal e aproveitamento político, ao ponto do meu racional não conseguir alcançar a dimensão das suas razões. Gostaria de terminar parafraseando o Dr. Sá Carneiro, «A política sem risco é uma chatice. Sem ética é uma vergonha».

Com os meus respeitosos cumprimentos,
Maria José Lemos Duarte

Enviado do Correio para Windows

A